



## **ECOLOGIA POLÍTICA E AGRICULTURA URBANA NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES TEÓRICAS POR UMA APROXIMAÇÃO**

*ECOLOGÍA POLÍTICA Y AGRICULTURA URBANA EN AMÉRICA LATINA:  
REFLEXIONES TEÓRICAS PARA UNA APROXIMACIÓN*

*POLITICAL ECOLOGY AND URBAN AGRICULTURE IN LATIN AMERICA:  
THEORETICAL REFLECTIONS FOR AN APPROXIMATION*

Henrique Freitas Alves<sup>1</sup>   
Universidade de São Paulo, Brasil

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar um panorama das discussões da ecologia política urbana e da agricultura urbana. A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica, selecionada através do metabuscador Portal Águia (USP), de obras que abordem a ecologia política urbana e a agricultura urbana, além de comparar a literatura específica da ecologia política e caminhos para inserção na agricultura urbana. Por meio disto, evidencia-se a necessidade de aproximação ainda maior das análises destas na literatura acadêmica latino-americana, dada a escassez de estudos neste sentido na região. Dessa forma, discute-se a complexidade das relações políticas e socioambientais por trás da prática da agricultura urbana, evidenciando a contribuição de sua associação ao campo da ecologia política.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana; Ecologia Política; Ecologia Política Urbana; Metabolismo Urbano; Reapropriação Social Natureza.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar una descripción general de las discusiones sobre ecología política urbana y agricultura urbana. La metodología utilizada se basó en una revisión bibliográfica, seleccionada a través del metabuscador Portal Águia (USP), de trabajos que abordan la ecología política urbana y la agricultura urbana, además de comparar la literatura específica sobre ecología política y caminos de inserción en la agricultura urbana. A través de ello, se constata que es necesario acercar aún más tales análisis a la literatura académica latinoamericana, dada la escasez de estudios al respecto en la región. Así,

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. E-mail: hfreitas.alves0@usp.br.

se discute la complejidad de las relaciones políticas y socioambientales detrás de la práctica de la agricultura urbana, destacando la contribución de su asociación al campo de la ecología política.

**Palabras-clave:** Agricultura Urbana; Ecología Política; Ecología Política Urbana; Metabolismo Urbano; Reapropiación Social Naturaleza.

**Abstract:** This article aims to present an overview of the discussions on urban political ecology and urban agriculture. The methodology used was based on a bibliographic review, selected through the Portal Águia (USP), of works that address urban political ecology and urban agriculture, in addition to comparing the specific literature on political ecology and paths for insertion in urban agriculture. Through this, there is a need for an even closer approximation of these analyzes in Latin American academic literature, given the scarcity of studies in this regard in the region. Thus, the complexity of political and socio-environmental relations behind the practice of urban agriculture is discussed, highlighting the contribution of its association to the field of political ecology.

**Keywords:** Urban Agriculture; Political Ecology; Urban Political Ecology; Urban Metabolism; Social Reappropriation Nature.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.171250](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.171250)

*Recebido em: 20/06/2020*

*Aprovado em: 23/12/2020*

*Publicado em: 30/12/2020*

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da ampliação dos estudos de agricultura urbana na América Latina, assim como dos processos políticos e econômicos que a permeiam no âmbito da urbanização, vê-se a necessidade de uma aproximação maior destes estudos com os referenciais teóricos da ecologia política, sobretudo da ecologia política urbana. Mougeot (1999; 2005) ao caracterizar a agricultura urbana a define enquanto prática com múltiplas formas e finalidades. Dessa forma, é preciso que esta seja discutida com profundidade, abarcando toda a complexidade dos processos capitalistas de apropriação e modificação da normativa urbana, ou seja, como prática presente no processo de transformação do território urbano.

Ainda, a agricultura urbana é utilizada cada vez mais pelas comunidades periféricas como forma de exatamente transformar o território, repensando a relação sociedade-natureza dentro da dinâmica da urbanização capitalista. A disputa pela apropriação do processo de construção e consolidação da normativa urbana é contínua, e a agricultura urbana surge como ferramenta de transformação, o que ressalta a necessidade de discuti-la dentro da literatura da ecologia política, a qual se encarrega principalmente dos estudos dos conflitos socioambientais distributivos.

O artigo, então, fora construído a partir do levantamento bibliográfico pelo portal de busca integrada da Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica (ÁGUIA), o qual se caracteriza como um metabuscador de base de dados integrada, abarcando os convênios e parcerias da USP, tais como os bancos de dados Scopus, Web of Science, Portal de Periódicos da Capes, dentre diversos outros. Adotamos a pesquisa do cruzamento das palavras-chave 'ecologia política', 'ecologia política urbana', 'agricultura urbana'. A revisão e discussão da literatura encontrada foi feita sob o referencial da ecologia política, nas obras de Porto-Gonçalves (2012) e Martínez-Alier (2007), discutindo como essa corrente teórica contribuiria para o campo da agricultura urbana.

Como resultado, percebeu-se que há escassez de estudos de agricultura urbana na América Latina que estejam relacionados e/ou que apresentem a ecologia política urbana como referencial teórico, contando com Ávila Sánchez (2019), Contesse, van Vliet e Lenhart (2018), Herrera (2018), Shillington (2013) e Villar Navascués (2017). Apesar disto, há, ainda que de forma reduzida, estudos teóricos acerca da necessidade de abordar a ecologia política urbana nos estudos latino-americanos sobre cidades e urbanização, destacando-se Contreras-Escandón (2017) e Oropeza (2018).

Assim, o artigo foi dividido em seis seções, além desta introdução. Primeiramente, discute-se a ecologia política, seus fundamentos e campos de estudo. Em seguida, é apresentada a ecologia política urbana como

uma ramificação da ecologia política, com foco nas questões relativas ao espaço e território urbano. A terceira seção apresenta os estudos teóricos da agricultura urbana, e os estudos do campo que possuem como referencial teórico a agricultura urbana, na qual percebe-se que a grande maioria dos trabalhos não abordam a América Latina.

Posteriormente, são apresentados os estudos latino-americanos sobre agricultura urbana e ecologia política urbana. Por fim, as considerações finais são destinadas para discutir a diversidade dentro da ecologia política urbana e possíveis caminhos de aproximações.

## **2 ECOLOGIA POLÍTICA**

A ecologia política tem por pressuposto repensar a relação do sistema capitalista com a natureza, partindo de uma perspectiva crítica quanto aos aspectos políticos e sociais presentes na teoria e prática do neoliberalismo e a ideia tradicional de desenvolvimento 'sustentável'.

Dessa maneira, a ecologia política, tal qual sintetiza Porto-Gonçalves (2012), rejeita a ideia de dominação da natureza permeada pelo discurso e prática neoliberais, repensando os alicerces eurocêntricos da racionalidade do sistema, retirando a natureza das perspectivas produtivista e exploratória. Ao contestar a dominação, a ecologia política ressalta as vozes das comunidades silenciadas pelo neoliberalismo, tais como os povos originários, camponeses e quilombolas. Contreras-Escandón (2017, p.29) classifica a ecologia política como uma corrente teórica que, além de adotar a perspectiva construtivista da natureza, agrega o aspecto político, no qual as relações entre sociedade e natureza ocorrem por meio de relações de poder, transparecendo a necessidade de se olhar nos meandros dos processos de normalização de ideais, discursos e políticas.

A ecologia política contesta a noção de desenvolvimento sustentável que não problematiza os padrões de consumo capitalistas, pelo contrário,

desenvolve, no máximo, formas de 'compensação' dos danos ambientais da produção (como o mercado de carbono), sem atacar a pressão no ecossistema dos padrões de consumo neoliberais, tal como explana Porto-Gonçalves (2012). De acordo com Martinez-Alier (2007), a ecologia política se concentra, sobretudo, no estudo dos conflitos ecológicos distributivos, partindo da premissa de que os problemas ambientais são derivados de decisões políticas e de poder, incidindo de maneira desigual de acordo com classe social, raça, gênero e localidade.

Neste sentido, para Oropeza (2019, p.5), a ecologia política se sustenta em três teses principais: 1) a situação do mundo atual deriva do caos e colapso provenientes da dupla exploração do capital sobre a natureza e seres humanos; 2) se refere à transformação espacial desta dupla exploração, transformando os territórios em local, regional e global; 3) estabelece que, dadas as duas teses anteriores, a sequência de crises nas últimas décadas transparecem que há, na verdade, uma crise da civilização.

A necessidade de se pensar a ecologia política sob olhares latino-americanos, no entendimento de Porto-Gonçalves (2012, p.20), está calcada no fato de a região abarcar uma enorme biodiversidade de recursos naturais valiosos do ponto de vista exploratório do capital. E este campo teórico é composto de autores latino-americanos também porque os diferentes movimentos sociais da região há tempos incorporaram a pauta ambiental em suas agendas políticas combatendo os avanços do capital.

Porto-Gonçalves (2012) analisa, também, que apesar de o debate em torno do território e a questão ambiental, no sentido da relação sociedade-natureza, surgir inicialmente nos países centrais sob viés eurocêntrico, na América Latina se torna ainda mais complexo, pois “[...] aqui, a natureza e a cultura são politizadas com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, onde esse conceito adquire outras

*significações ao apontar que dentro de um mesmo estado-territorial habitam múltiplas territorialidades”* (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 34). Ou seja, dentro dessa perspectiva passa-se a analisar o conceito de território para além da soberania do Estado-nação, abrangendo as relações de poder presentes na apropriação e controle do espaço geográfico, bem como revelando o apagamento das ‘múltiplas territorialidades’ presentes no conceito de Estado-nação. Em síntese

“[...] território é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, e essa é uma das principais contribuições da América Latina para a ecologia política. A partir dessa perspectiva, o debate ambiental requer a explicitação das relações sociais e de poder que lhes são constitutivas” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 34).

Portanto, a ecologia política discute, a partir do conceito de território, a questão ambiental sob a perspectiva da *reapropriação social da natureza*, que consiste no entendimento de que a reprodução das relações de produção capitalista tem por condição os processos de separação dos segmentos sociais e individualização da luta de classes, além da separação completa da relação com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2012). Como o território necessariamente engloba a territorialidade - a ocupação do espaço e recursos pelos povos dentro de uma construção histórica e política -, o próprio conceito de território, portanto, explicita as relações políticas, sociais, culturais e de poder presentes no mesmo. Portanto, a *reapropriação social da natureza* engloba mais do que a discussão simplista da relação sociedade-natureza, incluindo nesta os conceitos de território e (múltiplas) territorialidades.

Além disso, a ecologia política representa uma alternativa à ecologia clássica, de caráter “apolítico” (DOMENE, 2006; CONTRERAS-ESCANDÓN, 2017; VILLAR NAVASCUÉS, 2017), buscando agregar análises mais profundas e amplas sobre os processos ecológicos e as influências das forças políticas por trás dos mesmos. Entretanto, assim como a ecologia política parte da discussão do território e territorialidades, Porto-Gonçalves (2012) apresenta a necessidade de uma abordagem latino-americana para

a ecologia política, visto que as condições sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais o território se consolida são completamente diferentes na região, sobretudo se comparadas a Europa e EUA.

Assim, com a abordagem latino-americana, Porto-Gonçalves (2012) situa a ecologia política enquanto espaço para a *reapropriação social da natureza* na busca pela construção de sociedades sustentáveis não do ponto de vista do *mainstream* das relações internacionais e da ecologia tradicional, e sim com base na perspectiva ecológica e cultural dos povos tradicionais da terra. Portanto, a busca pela reapropriação ocorre enquanto questão territorial, na medida em que a dominação capitalista parte do pressuposto de separação territorial, separação da relação sociedade-natureza também enquanto terra, enquanto condição primária de existência, de produção, enfim, do meio de produção primário. Perde-se o entendimento da natureza enquanto parte essencial da vida humana. Essa questão transparece na América Latina na medida em que as lutas pela *reapropriação social da natureza* têm como sujeitos centrais os povos periféricos do sistema capitalista, ou seja, os povos indígenas, camponeses, quilombolas, sem terras, comunidades periféricas urbanas e etc.

Os debates em torno do território e da ecologia política são extremamente amplos. Esta seção teve como finalidade apresentar a discussão teórica da ecologia política como um todo e a necessidade de realizar abordagem latino-americana destes estudos, além de situar o entendimento do conceito território em suas múltiplas dimensões, como discute Porto-Gonçalves (2012). Em seguida, discute-se a ecologia política urbana, uma ramificação para os estudos destinados a discutir o espaço e território urbano dentro da ecologia política.

### **3 ECOLOGIA POLÍTICA URBANA**

Para além da ecologia política, vê-se a necessidade de apontar os caminhos teóricos da discussão urbana, apresentando a ecologia política urbana. Assim, Domene (2006, p.170) e Contreras-Escandón (2017, p.30) discorrem que, problematizando os significados da ecologia tradicional e da sustentabilidade urbana, a ecologia política urbana discute quais as condições e circunstâncias para se chegar à mudança socioambiental. Ou seja, consideram que tais mudanças não são neutras, e a sustentabilidade urbana deve se concentrar em questionar sobre “sustentabilidade para quê, para quem e em que circunstâncias?”. A ecologia política urbana, portanto, discute que o processo de urbanização e de sustentabilidade devem ser vistos dentro da complexidade e dinamismo dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Essa vertente entende a cidade como natureza produzida socialmente, um híbrido socionatural, evidenciando as relações de poder presentes na cidade, influenciadas pelas estruturas políticas e socioeconômicas (VILLAR NAVASCUÉS, 2017).

Dessa forma, apresenta-se como uma linha de pesquisa acadêmica renovada, de caráter interdisciplinar, fomentando o debate entre diferentes áreas que permitem ampliar o marco teórico e os estudos de caso (VILLAR NAVASCUÉS, 2017; DOMENE, 2006; OROPEZA, 2019). No sentido de buscar cidades sustentáveis, a ecologia política urbana entende que as maiores barreiras são políticas e seus objetivos sujeitos a relações de poder (DOMENE, 2006).

Um dos primeiros teóricos desta abordagem, Swyngedouw (1997, p.312) sustenta que natureza e sociedade são combinadas formando a ecologia política urbana, na qual os aspectos políticos e socioeconômicos se unem ao ecológico de forma inseparável e, dessa forma, a urbanização é um processo moldado pelas relações sociais de poder, em múltiplas formas onde a transformação socioespacial (da natureza) possui papel central. A cidade é um grande processo social de transformação da natureza, onde



sociedade e natureza resultam na ecologia política urbana, que une o poder da mobilização social e transformação ecológica com o poder do dinheiro (SWYNGEDOUW, 1997). A relação sociedade, natureza e cidade é conflitiva, heterogênea e perturbadora (OROPEZA, 2019).

Neste sentido, esta vertente da ecologia política urbana propõe uma interpretação do conceito de *metabolismo urbano* (utilizado comumente para explicar o processo em que as cidades transformam matéria-prima, energia e água em ambiente construído, produzindo resíduos e etc.) para analisar a urbanização enquanto conjunto de ações sociais e ecológicas que interagem metabolizando o ambiente a fim de transformá-lo em um híbrido sicionatural (VILLAR NAVASCUÉS, 2017).

Portanto, a ecologia política urbana interpreta o metabolismo urbano em meio às influências política e econômica das elites no poder, bem como do contexto histórico e social de formação dos espaços e território urbano. Dessa forma, por meio dos fluxos metabólicos é que são produzidas e reproduzidas materialmente as cidades, convertendo os elementos naturais em mercadoria de acordo com as relações de poder e interesses (VILLAR NAVASCUÉS, 2017).

Oropeza (2019, p.6) complementa, entendendo as cidades como entornos urbanos produzidos resultantes de processos socioambientais complexos, sendo híbridos por apresentarem parte social e parte natural; parte técnica e parte cultural.

Na relação sociedade-natureza, é difícil ver onde começa a sociedade e onde termina a natureza. A urbanização tem sido o motor para produção de novas naturezas, não há nada de antinatural nas cidades, porque a ação humana que as cria não pode se considerar externa aos ecossistemas se não processos urbanos e ambientais inter-relacionados, como é o caso de várias cidades latino-americanas (OROPEZA, 2019, p.6-7, traduzido pelo autor).

Para Contreras-Escandón (2017, p.32), os estudos urbanos da América Latina que possuem como marco teórico a ecologia política urbana, colocam em questão também a noção de desenvolvimento, apesar de

ainda ser um campo pouco explorado em estudos na região. Analisando as pesquisas do campo da ecologia política urbana, Villar Navascués (2017, p.175) identificou quatro categorias de estudo principais: metabolismo hídrico, produção de sionatureza urbana, fluxos metabólicos, e ecologia política urbana dos riscos naturais.

Neste artigo, focaremos a análise da produção de sionatureza urbana, visto que estão nesta categoria os estudos de agricultura urbana.

Como analisamos, as sionatureza urbanas são o resultado espacial das interações entre os processos políticos, sociais, culturais e econômicos em meio aos fluxos metabólicos, que em seu interior expressam as relações desiguais de poder e as estruturas socioeconômicas dominantes (VILLAR NAVASCUÉS, 2017). Os estudos de agricultura urbana desta vertente o entendem enquanto híbridos sionaturais com função de discutir e construir a soberania alimentar, a justiça socioecológica na periferia e a mudança sociopolítica a partir da introdução de práticas sustentáveis a nível local (VILLAR NAVASCUÉS, 2017).

Portanto, discutimos como a ecologia política urbana apresenta uma nova abordagem das relações urbanas, sobretudo dos problemas relacionados ao híbrido sionatural, não utilizando o conceito de território urbano. Em seguida, serão apresentados os estudos teóricos da agricultura urbana, abordando a concepção, potencial e heterogeneidade da prática.

#### **4 AGRICULTURA URBANA**

Antes de discutir especificamente os estudos de agricultura urbana presente na ecologia política urbana, convém apresentar previamente a concepção de agricultura urbana, sua finalidade usual e, também, os estudos de casos da América Latina.

A agricultura urbana enquanto prática é milenar, sendo aplicada desde os primórdios da civilização. Contudo, no âmbito institucional o termo, conforme Mougeot (1999), foi incorporado nos anos seguintes, enquanto Ávila Sánchez (2019) complementa atribuindo a maior força desta prática a partir de 2000. As formas e métodos da agricultura urbana são diversos (MOUGEOT, 1999; MOUGEOT, 2005; ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; MENDES, 2012; FAO, 2014). Contudo, o autoconsumo é sempre a principal finalidade.

Mougeot (1999) ao analisar a diferenciação entre agricultura urbana e rural argumenta que, além da diferença geográfica, a interação com o espaço urbano é crucial para classificar a primeira, no sentido de que ela se constrói e é moldada pelo espaço urbano.

Assim, a agricultura urbana, dentro da política institucional, ganha força a partir dos incentivos da FAO visando a segurança alimentar<sup>2</sup>, a qual identificou nesta prática uma importante ferramenta local. Chandra e Diehl (2019) sintetizam que, além da disponibilidade de alimentos, a agricultura urbana permite acesso a alimentos de qualidade, agindo diretamente na diversidade da dieta familiar. Estudos comparativos demonstram que famílias praticantes de agricultura urbana podem consumir até 30% mais alimentos do que aquelas no mesmo local que não são praticantes (MENDES, 2012; ZAAR, 2015).

Entretanto, existe uma clara diferenciação da agricultura urbana praticada ao Norte e ao Sul global. No caso específico da América Latina, região que de acordo com a FAO (2019) concentra quase 188 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou severa e apresenta a maior desigualdade de gênero em sua distribuição, as práticas são distintas. Diversos autores apontam que ao Sul global a agricultura urbana está mais ligada aos processos de êxodo rural (ÁVILA SÁNCHEZ,

---

<sup>2</sup> Segurança alimentar deve ser entendida, neste contexto, como a possibilidade das pessoas se alimentarem com nutrientes suficientes e diversos. No caso da agricultura urbana, dados da FAO (2014) e outras referências da literatura indicam importante melhoria da atividade na qualidade da alimentação da população periférica, a partir do aumento do consumo de hortaliças.

2019; CHANDRA, DIEHL, 2019), com maior ligação ao histórico rural e camponês das famílias urbanas (AVELLA, SOSA, 2015).

Ainda, a motivação e ampliação de acordo com as crises econômicas sofridas pela região se consolida como uma diferença substancial da motivação ao Norte, ligada mais a atividades de lazer, terapêuticas e de urbanização verde (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; HERRERA, 2018).

Neste sentido, a FAO (2014) realizou um estudo profundo na América Latina abarcando as práticas de agricultura urbana e projetos financiados pela organização. Foi constatado que a prática já estava difundida no continente, sendo mais encontrada nas regiões periféricas dos centros urbanos e com índices de insegurança alimentar mais elevados. A liderança das mulheres nos projetos da FAO foi extremamente destacada, chegando a compor até 90% dos participantes em projeto realizado em Manágua, Nicarágua.

Diversos projetos se destacaram nas análises, como os casos de Antígua e Barbuda, Habana (Cuba), Tegucigalpa (Honduras), Quito (Equador), El Alto (Bolívia) e Rosário (Argentina). Como o foco do projeto era a segurança alimentar, pouco foi registrado quanto à transformação socioespacial e territorial da ampliação da prática. Contudo, os resultados na segurança alimentar foram extremamente expressivos, com produção significativa de alimentos e geração de renda.

Entretanto, ainda que não seja o foco do relatório, analisando-o podemos perceber o quanto os laços comunitários estão presentes, como no caso de Quito, onde já existia uma política consolidada de agricultura urbana, em que a participação deveria incluir ao menos seis pessoas, podendo ser familiares, vizinhos ou amigos, visando estimular o diálogo e construção coletiva de conhecimento, sob o viés comunitário. No caso de Antigua e Barbuda, por outro lado, parte do excedente da produção era compartilhado com os vizinhos de maneira espontânea.

Além disso, percebe-se também o quanto a distribuição desigual dos problemas ambientais (MARTINEZ-ALIER, 2007) afeta de forma muito similar todos os projetos. A escassez de água tratada, falta de disponibilidade de terras e falta de políticas públicas foram os principais entraves relatados, havendo, ainda, a insegurança gerada pela desigualdade social, como no caso de Tegucigalpa, em Honduras, onde os altos índices de violência restringiram o projeto.

A discussão da agricultura urbana, seu potencial e impacto na insegurança alimentar é bastante longa e complexa. O que se pretendeu aqui foi apresentar um breve panorama desta prática. Em seguida será discutido como a agricultura urbana poderia estar mais inserida na ecologia política urbana, e Shillington (2013, 110) apresenta um ponto emblemático, visto que discute a implementação dos projetos de FAO (2014)

## **5 AGRICULTURA URBANA E ECOLOGIA POLÍTICA URBANA**

Feita a apresentação da concepção de agricultura urbana, cabe, agora, adentrar nos estudos desta prática presente na literatura da ecologia política urbana de forma geral.

Milbourne (2012, p. 944) entende a ecologia política urbana como uma nova forma inovativa de abordar as injustiças nas cidades, na qual se critica os estudos ecológicos que negligenciam o ‘urbano’ e também critica os estudos urbanos que marginalizam as questões ambientais. Moore (2006, p. 176) ao discutir o urbano utiliza o conceito de normativa urbana, como o “conjunto de instituições, representações, políticas e práticas espaciais que criam e reforçam o panorama urbano por uma normalização e naturalização”. Contudo, reforça que tal normativa não é estática e imutável, pelo contrário.

Dessa maneira, McLain *et al* (2014, p. 221) colocam a ecologia política urbana enquanto o entendimento das diversas formas como a natureza nas cidades é metabolizada pelo capitalismo e pelos sujeitos que o controlam, os quais decidem a distribuição dos benefícios e malefícios dessa apropriação. Neste sentido, é claro o paralelo entre esta corrente teórica e os estudos de agricultura urbana, pois como define Nagib (2016):

A agricultura urbana é multifuncional em suas expressões (formas e atividades). Ela está preocupada com questões locais, de microescala urbana, conectada às questões culturais e demandas comunitárias. Ela é um mecanismo para promover intervenções no espaço público, impulsionada por distintos movimentos sociais e materializada pelos ativismos urbanos. A agricultura urbana luta contra os efeitos do acelerado e intenso processo de urbanização [...] (NAGIB, 2016, p. 53).

Ainda, Shillington (2013) sustenta que a transformação das cidades pela participação e apropriação envolve tanto as práticas sociais quanto relações e processos ecológicos, estando intrínsecos e presentes em situações como reivindicação de água limpa, acesso à terra, alimentos saudáveis e etc. O direito ao metabolismo urbano é sobre a possibilidade de grupos e indivíduos produzirem condições socioambientais que (re)criem condições de vivência social e ecológica justas (SHILLINGTON, 2013).

Dessa forma, iniciando a presença da agricultura urbana na ecologia política, Moore (2006, p.175) analisa as origens da dicotomia urbano rural, tendo como base a literatura estadunidense, na qual se encontra explicitamente a categorização das práticas 'rurais' como não pertencentes a normativa urbana, industrial, higienista e purista. A natureza se tornou então apenas objeto de embelezamento no panorama urbano, apenas decorativa e, dessa forma, retira da cidade as práticas produtivas, fazendo com que a agricultura seja vista como uma prática somente do rural.

Contudo, ao analisar a cidade de Columbus-EUA entre os anos de 1900-1940, Moore (2006) constata que, durante os períodos de crise pelas guerras, a prática de agricultura urbana fora extremamente encorajada,

por todas as forças políticas da cidade, presente nos jornais oficiais no sentido de estimular a independência econômica e alimentar dos cidadãos, atribuindo facilidade para uso da terra e outras formas de estímulo, sobretudo para as pessoas desempregadas. A autora entende que tal estímulo ocorreu porque o mercado capitalista, em crise, era incapaz de suprir as necessidades da população, e recorreu ao discurso de individualização das responsabilidades.

Entretanto, Moore (2006) constata que, passada a crise, a partir da década de 1940 o discurso oficial se transforma, a agricultura urbana passa a ser desencorajada e vista como algo fora da normativa urbana, na qual a industrialização deveria ser o foco, e as terras utilizadas dentro na logística de urbanização.

Para entender essa dinâmica, Moore (2006) se baseia nos estudos da Escola de Chicago, e constata que dentro da dinâmica urbana, o capitalismo é concebido enquanto forma singular, negando as possibilidades de relações econômicas alternativas a não ser em tempos de crise, o que se torna evidente na análise feita sobre agricultura urbana em Columbus. A autora conclui, ainda, que houve uma evidente tentativa de apagar a história da agricultura urbana na cidade, que ainda que tenha tido um *boom* ocasionado pela crise econômica, não deixou de ser uma atividade presente no imaginário social.

Portanto, a normativa urbana de Columbus foi transformada radicalmente pelas forças políticas e econômicas, que durante a crise e pela incapacidade de prover empregos e alimentos para a população encorajou a subsistência com a agricultura urbana, incorporando-a como parte da normativa urbana. Contudo, posteriormente fora retomada a normativa onde no urbano não haveria lugar para práticas típicas do meio rural, a natureza deveria ser apenas objeto de embelezamento, decorativo e estático, sem a presença de relações não capitalistas.

Reforçando a ideia de Moore (2006), McLain *et al* (2014) entende que os parques públicos se tornaram espécies de museus, onde as pessoas podem apenas transitar, olhar, mas sem interação, e sustenta que deveria se caminhar para a mudança desse paradigma, reincorporando relações materiais de produção entre pessoas e natureza também na dinâmica urbana. McLain *et al* (2014) apontam, ainda, as problemáticas de reforçar as diferenças entre rural e urbano, uma vez que isto falha em perceber que certos processos analisados pela geografia rural também estão presentes no espaço urbano

Como prática produtiva da natureza, a agricultura urbana revela tensões de posse da terra, acesso e gestão ambiental na cidade que são novos na ecologia política urbana. A agricultura na cidade aponta para um conjunto de práticas persistentes e emergentes relações com a natureza que não são inteiramente urbanas nem rurais (MCLAIN *et al*, 2014, p.237, traduzido pelo autor).

Neste sentido, Milbourne (2012, p.954) analisando os estudos sobre hortas comunitárias nos EUA percebe o vasto potencial desta atividade em comunidades periféricas, provendo segurança alimentar, melhorando a saúde e recriando novas formas de interação social, participação pública e orgulho local. Para Milbourne (2012), projetos de hortas comunitárias promovem a produção de novos espaços de identidade, sociabilidade e empoderamento, produzindo um novo híbrido urbano.

Domene e Saurí (2007) constatam que a partir da agricultura urbana e das hortas comunitárias, os moradores da região criaram sua própria paisagem urbana, transformando as relações sociais em torno da prática, alterando a paisagem urbana tradicional e se reconectando com as origens rurais, superando a dicotomia impregnada. Este processo só fora possível porque a região não era um foco atrativo do capital imobiliário, permitindo que outra dinâmica urbana fosse colocada em prática pela comunidade.

Contudo, a pressão crescente sobre as terras e a urbanização na região coloca em risco a agricultura urbana e evidencia que as



transformações socioambientais não são práticas neutras e estáticas, e sim processos, projetos e lutas políticas contínuas (DOMENE; SAURÍ, 2007).

Milbourne (2012) relata, ainda, que os projetos acompanhados possuem formas, finalidades e escalas diversas, encontrando em alguns a prioridade na saúde mental de pessoas vulneráveis e em asilos, ou na inserção sociocultural de imigrantes e refugiados, além das formas 'tradicionais' de produção de alimentos saudáveis acessíveis e de busca por novos espaços verdes nas comunidades. Percebe, também, que as hortas comunitárias atingem diretamente as formas de injustiça socioambiental, e o trabalho nesses espaços transformou as interações sociais diárias, desenvolvendo novos híbridos urbanos e produzindo novos espaços de convívio entre diversos grupos na comunidade local.

Complementando, Shillington (2013, p.109) sustenta que a transformação das cidades pela participação e apropriação envolve tanto as práticas sociais quanto relações e processos ecológicos, estando intrínsecos e presentes em situações como reivindicação de água limpa, acesso à terra, alimentos e etc. O direito ao metabolismo urbano é sobre a possibilidade de grupos e indivíduos produzirem condições socioambientais que (re)criem condições de vivência social e ecológica justas (SHILLINGTON, 2013).

Analisando o caso de Manágua, Shillington (2013) constata que a agricultura urbana tem sido uma importante forma de produzir condições socioambientais alternativas, de forma a modificar os processos do metabolismo urbano para benefício próprio dos praticantes em comunidades periféricas. A autora conclui que o caso da agricultura urbana em Manágua reflete as complexidades do metabolismo urbano sacionatural, representando a importância da produção e contato diário com as frutas produzidas localmente, alterando toda a dinâmica urbana e sentimento de identificação da comunidade.

Além da mudança do metabolismo urbano pela produção no espaço social, no espaço público, Shillington (2013) também percebe que a produção individual, nas residências próprias, contribuiu para a transformação do metabolismo urbano, agregando novas práticas e discursos culturais. Portanto, o combinado entre a produção comunitária e individual reflete os esforços da comunidade periférica de Manágua de produzir espaços mais inclusivos, nos quais se sentem pertencentes, transformando, então, a normativa urbana ou metabolismo urbano.

Apesar das constatações quanto aos benefícios pela agricultura urbana e hortas comunitárias, algumas críticas são direcionadas no sentido de que estes projetos são um veículo do neoliberalismo, por 'terceirizarem' a responsabilidade social do Estado a voluntários e organizações do terceiro setor, recaindo no discurso empreendedor de individualização das responsabilidades (MILBOURNE, 2012).

Contudo, analisando projetos de hortas comunitárias no Reino Unido, Milbourne (2012) constatou que a negligência dos espaços verdes nas comunidades periféricas era vista como um símbolo de deterioração das comunidades pelos moradores. O autor constata também, que apesar do aspecto social ser a principal motivação dos projetos, alguns dos organizadores se referiram aos problemas ambientais locais como motivadores dos projetos. Milbourne (2012) por sua vez, vê tais críticas ao caráter neoliberal da agricultura urbana como prematuras e carentes de maiores investigações quanto aos distintos projetos de hortas comunitárias, uma vez que esta é praticada comumente justamente para combater a urbanização capitalista.

Retomando a ecologia política urbana, Milbourne (2012) entende que nas hortas comunitárias do Reino Unido se torna evidente a relação complexa e intrínseca da ecologia com questões sociais, culturais e políticas, uma vez que os projetos locais surgiram todos pela combinação destes âmbitos, a partir do sentimento de negligências em todos estes.

Estes projetos lidam com pequenas escalas, agindo diretamente nas injustiças sentidas localmente, provendo respostas particulares a problemas mais amplos (MILBOURNE, 2012).

Agricultura urbana e ecologia política urbana, apesar de contar com poucos trabalhos, apresentam grandes intersecções e de distintas formas. São diversas as questões envolvidas na análise de ambas, tendo sido discutido apenas um panorama das diversas formas de abordagem. Em seguida, busca-se destrinchar ainda mais, destacando como os estudos latino-americanos se diferenciam do restante.

## **6 AGRICULTURA URBANA SOB A ECOLOGIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

Ainda são escassos os estudos de agricultura urbana na América Latina que a analisam pelo viés da ecologia política urbana (VILLAR NAVASCUÉS, 2017). Entretanto, ao comparar os processos da região com os dos países europeus ou dos EUA, é possível identificar uma diferenciação substancial. Ao Norte político, a agricultura urbana já está presente nas políticas públicas, sendo mais associada a atividades de bem-estar pessoal, enquanto na América Latina está presente muito mais nas ações autônomas de comunidades periféricas, com forte vínculo à segurança alimentar e identidade camponesa (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019).

Além disso, as práticas de agricultura urbana, como observa Herrera (2018, p.3-4) são distintas na medida em que na região latino-americana percebe-se forte crescimento em tempos de crise econômica, reforçando o potencial na segurança alimentar. Apesar desse processo ter sido observado no passado tanto nos EUA (MOORE, 2006) quanto na Europa (DOMENE; SAURÍ, 2007; MILBOURNE, 2012), hoje a agricultura urbana nestas regiões está presente em outro viés, sendo muito mais consolidada enquanto política pública.

Neste sentido, Ávila Sánchez (2019, p.13) reforça que nos países periféricos, tomando como exemplo Argentina e México, a agricultura urbana pode ser tomada pelo capital enquanto ferramenta da gentrificação do território urbano, a partir da valorização econômica e segregação de áreas verdes.

Portanto, ao analisar a agricultura urbana é preciso tomar por base os pressupostos da ecologia política urbana, partindo para o entendimento dos processos políticos, econômicos e sociais presentes nas práticas ecológicas. Reforçando este olhar, Contesse, Vliet e Lenhart (2018, p. 567) apresentam o panorama da cidade de Santiago do Chile, onde constatam que os cidadãos mais pobres apresentavam cinco vezes menos acesso às áreas verdes do que os mais ricos.

Contudo, diferentemente da preocupação de Ávila Sánchez (2019), no Chile, e algo comum em toda América Latina, a agricultura urbana fora utilizada justamente para reverter esse cenário, ou seja, como forma de *reapropriação social da natureza*, como apresenta Porto-Gonçalves (2012), aumentando o acesso das comunidades pobres aos espaços verdes, além da produção para segurança alimentar (CONTESSÉ; VLIET; LENHART, 2018).

Ainda, há o caso do estudo e projeto realizado pela FAO (2014) na América Latina, que apesar de extremamente importante, carece de análise na literatura da ecologia política urbana para avaliar profundamente as implicações e limitações do projeto. Neste sentido, ao entender o projeto implementado em Manágua, apesar dos avanços no sentido da segurança alimentar, algo que não se encontra presente no relatório e fora captado por Shillington (2013) foi que a princípio o projeto não fora bem recebido na comunidade, pois alterava completamente a dinâmica cultural e socioespacial da região. Isto ocorreu na medida em que no início não estava prevista a manutenção e ampliação das árvores frutíferas, uma vez que os implementadores deram muito mais

importância para os vegetais e hortaliças, que são de rápido crescimento e impactam mais rápido na segurança alimentar.

Assim, a FAO e as autoridades pretendiam retirar as árvores frutíferas a fim de ampliar o espaço e incidência de sol, algo que fora impedido pela comunidade pois elas eram vitais para a produção dos *refrescos naturales* (SHILLINGTON, 2013), que são basicamente sucos naturais feito a partir das frutas das árvores. Dessa forma, a partir da imposição da comunidade e da importância cultural da dinâmica socioespacial, o projeto fora alterado e utilizou-se o conhecimento técnico adquirido para adaptar as plantações sem afetar as árvores frutíferas.

Outra situação latino-americana foi o caso de Cuba. Apesar do enorme sucesso da agricultura urbana, no início sua prática era vista como sinônimo de pobreza, sendo repudiada pelos moradores das cidades cubanas (ALTIERI *et al*, 1999). Entendia-se, nesta etapa da pós-perestroika, que a agricultura urbana só estava se expandindo em Havana devido à crise econômica, e que assim que esta terminasse, sua prática também passaria (ALTIERI *et al*, 1999). Portanto, a agricultura urbana, ao não fazer parte da normativa urbana de Cuba, era tratada com depreciação, mas a partir da expansão de sua prática, criou-se no imaginário social uma nova normativa, onde a agricultura urbana tinha agora papel central.

Assim, diferentemente do que se previa, a agricultura urbana não acabou, pelo contrário, pois por meio dela a percepção do espaço foi remodelada, reforçando as noções de comunitarismo e soberania alimentar (ALTIERI *et al*, 1999). Ou seja, enquanto nos EUA, Moore (2006) percebe que houve um movimento muito similar, de alteração da normativa urbana em prol da agricultura urbana mas que fora destruído e apropriado pela urbanização capitalista que precedeu a crise, em Cuba a nova normativa urbana apoiada na agricultura e na socialização tanto dos espaços verdes quanto da produção alimentar continuou presente no imaginário social e na paisagem urbana.

Os dois cenários evidenciam as disputas políticas e econômicas por trás dos processos da agricultura urbana. Nos EUA o capital atingiu diretamente a promoção de políticas públicas, sufocando a prática e visando uma urbanização segregativa, com a clara distinção dos espaços urbano e rural, prezando pelo individualismo e dependência do mercado. Por outro lado, em Cuba, com uma estrutura política completamente diferente, o governo socialista seguiu estimulando a prática, tornando-a ponto central das políticas de combate à fome.

A urbanização capitalista na América Latina é muito mais nociva e provoca mais desigualdade do que a nos EUA e Europa, mas ao mesmo tempo abre espaços de resistência, como é feito pela agricultura urbana. Esta seção teve por finalidade apresentar exatamente essa visão, discutindo a necessidade de um olhar latino-americano dentro da ecologia política urbana e agricultura.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como pôde ser observado, as múltiplas concepções de agricultura urbana e os complexos processos políticos e econômicos que a compõem evidenciam a necessidade de análise sob o viés da ecologia política urbana. A junção da literatura da ecologia política com as análises de Moore (2006) e Altieri *et al* (1999) ilustram de forma cristalina os diferentes processos por trás da agricultura urbana, bem como das disputas políticas pelo controle da normativa urbana e do híbrido socionatural.

Contudo, é interessante observar como diferentes abordagens de um mesmo problema aparecem. Alguns tratam como objeto o híbrido socionatural e o metabolismo urbano (DOMENÉ, 2006; MILBOURNE, 2012; MCLAIN *et al*, 2014; OROPEZA, 2019; SHILLINGTON, 2013; SWYNGEDOUW, 1997; VILLAR NAVASCUÉS, 2017), outros a normativa urbana (MOORE, 2006), a paisagem (DOMENÉ; SAURÍ, 2007), e também o território (PORTO-GONÇALVES, 2012) se olhado apenas a ecologia política. Apesar

das diferentes abordagens, o foco central dos estudos é a urbanização capitalista e as formas de *reapropriação social da natureza*, como apresenta Porto-Gonçalves (2012), diante da clara relação e contribuição da agricultura urbana para a discussão e prática deste processo.

A proposta deste artigo foi apresentar a relação intrínseca da agricultura urbana com a ecologia política urbana, a fim de estimular que os estudos latino-americanos sobre agricultura urbana recorram à literatura da ecologia política, algo ainda escasso na produção científica da região, como constatou Villar Navascués (2017).

Além disso, cabe apontar como consideração final algo curioso e percebido como um entrave para o avanço desta discussão. Na revisão da literatura geográfica sobre os processos urbanos de produção de desigualdade espacial, nota-se que além da ecologia política urbana, o campo da justiça espacial aborda aspectos e objetos de análise bastante similares aos da primeira. Dessa forma, percebe-se que há na literatura geográfica duas correntes teóricas que abordam objetos e possuem referenciais teóricos similares – visto que ambas tomam como base, sobretudo, os estudos de Henri Lefebvre e de David Harvey sobre direito à cidade e a dinâmica da urbanização capitalista –, contudo que não dialogam entre si. A presença de ambas correntes na literatura sobre agricultura urbana merece ser estudada.

Assim, conforme Ribeiro (2017, p.161) aponta, a aproximação da justiça espacial e da ecologia política urbana se torna necessária para ampliar e aprofundar os estudos da complexidade dos processos políticos, sociais e ambientais presentes no meio urbano. Por fim, entende-se que em muito contribuiria para a qualidade e profundidade dos estudos de agricultura urbana na América Latina a utilização da ecologia política urbana nas análises dos estudos de caso.

## **8 REFERÊNCIAS**

ALTIERI, Miguel; COMPANIONI, Nelso; CAÑIZARES, Kristina; MURPHY, Catherine; ROSSET, Peter; BOURQUE, Martin; NICHOLLS, Clara. The Greening of the 'Barrios': Urban Agriculture for Food Security in Cuba. **Agriculture and Human Values** 16,131-140. Jun.1999 <https://doi.org/10.1023/A:1007545304561>.

AVELLA, Angela Patricia; SOSA, Miguel Darío. Agricultura Familiar en Colombia: análisis de caso del municipio de Trinidad, departamento de Casanare / Family agriculture in Colombia: a case study of the Trinidad county, Casanare department. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 30-40, fev. 2015. ISSN 2317-7721. <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2015.15198>.

AVILA SÁNCHEZ, Héctor. Agricultura urbana y periurbana: Reconfiguraciones territoriales y potencialidades en torno a los sistemas alimentarios urbanos. **Invest. Geog, México**, n. 98, 00009, Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59785>.

CHANDRA, Amanda Jennifer; DIEHL, Jessica Ann. Urban agriculture, food security, and development policies in Jakarta: A case study of farming communities at Kalideres – Cengkareng district, West Jakarta. **Land Use Policy**, v. 89, 2019. doi: 10.1016/j.proenv.2013.02.006.

CONTESSÉ, Maria; van VLIET, B. J. Mas.; LENHART, Jennifer. Is urban agriculture urban green space? A comparison of policy arrangements for urban green space and urban agriculture in Santiago de Chile. **Land Use Policy**, 71, 566-577. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.11.006>.

CONTRERAS-ESCANDÓN, Christian Hernán. Superar la sostenibilidad urbana: una ruta para América Latina. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 27-34, Ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-79132017000200027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-79132017000200027&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 15 Jun.2020. <http://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v27n2.62483>.

DOMENE, Elena. La ecología política urbana: Una disciplina emergente para el análisis del cambio socioambiental en entornos ciudadanos. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, 48, 167-178. 2006. <<https://ddd.uab.cat/record/19330>> Acesso em: 2020-06-18.

DOMENE, Elena; SAURÍ, David. Urbanization and class-produced natures: Vegetable gardens in the Barcelona Metropolitan Region. **Geoforum [en línea]**, 38 (2), 287-298. 2007. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2006.03.004>.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION). **Ciudades más verdes en América Latina y el Caribe**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/GGCLAC/Ciudades-mas-verdes-America-Latina-Caribe.pdf>. Acesso em: 18 jun.2020.



FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION). **The state of food security and nutrition in the world**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 14 dec.2020.

HERRERA, Francisco. La agricultura urbana en Caracas: diagnóstico de los espacios agroproductivos desde una perspectiva socioecológica. **Cuadernos De Desarrollo Rural**,14(80). 2018. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr14-80.aucd>.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MCLAIN, Rebecca J.; HURLEY, Patrick T.; EMERY, Marla R. y POE, Melissa R. Gathering “wild” food in the city: Rethinking the role of foraging in urban ecosystem planning and management. **Local Environment [en línea]**, 19 (2), 220-240. 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/13549839.2013.841659>.

MENDES, Francisco Coelho. **Políticas e inovações para a agricultura urbana: estudo dos casos de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba-Argentina) e Sevilha (Andalucía- España)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2012. Disponível em: [http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgctia/wp-content/uploads/\(DO-2012\)%20Francisco%20Coelho%20Mendes.pdf](http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgctia/wp-content/uploads/(DO-2012)%20Francisco%20Coelho%20Mendes.pdf). Acesso em: 18 jun.2020.

MILBOURNE, Paul. Everyday (in)justices and ordinary environmentalisms: Community gardening in disadvantaged urban neighbourhoods. **Local Environment [en línea]**, 17 (9), 943-957. 2012. <https://doi.org/10.1080/13549839.2011.607158>.

MOUGEOT, Laurent. Urban agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. **Paper presented to the International Workshop “Growing Cities, Growing Food”**, October 11-15 1999, La Habana, Cuba. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>. Acesso em: 18 jun.2020.

MOORE, Sarah. «Forgotten roots of the Green City: Subsistence gardening in Columbus, Ohio, 1900-1940». **Urban Geography [en línea]**, 27 (2), 174-192. 2006. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.27.2.174>.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-18082016-124530. Acesso em: 18 jun.2020.

OROPEZA, Oscar. Towards Latin American Political Ecology of Urban Disaster: Some notes for discussion. Hacia una Ecología Política Latinoamericana del Desastre Urbano: Algunos apuntes para su discusión.

Estudios Socioterritoriales. **Revista de Geografía** N° 25 enero-junio 2019, e014. Argentina: Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.37838/unicen/est.25-014>. Acesso em: 18 jun.2020

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jul. 2012. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/23002>>. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 18 jun.2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. jan/abr. 2017, p. 147-165, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890014>. Acesso em: 18 jun.2020

SHILLINGTON, Laura J. Right to food, right to the city: Household urban agriculture, and socionatural metabolism in Managua, Nicaragua. **Geoforum [em linha]**, 44, 103-111. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.02.006>.

SWYNGEDOUW, Erik. «Power, nature, and the city: The conquest of water and the political ecology of urbanization in Guayaquil, Ecuador: 1880-1990. **Environment and Planning A [en linha]**, 29 (2), 311-332. 1997. <https://doi.org/10.1068/a290311>.

VILLAR NAVASCUÉS, Rubén Alejandro. La ecología política urbana: veinte años de crítica, autocrítica y ampliación de fronteras en el estudio del metabolismo urbano. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, [S.l.], v. 63, n. 1, p. 173-204, jan. 2017. ISSN 2014-4512. Disponível em: <<https://dag.revista.uab.es/article/view/v63-n1-villar>>. Acesso em: 13 dec.2020. doi:<https://doi.org/10.5565/rev/dag.325>.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Rev. Sociedade e Território** – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 26 - 44. jul./dez. De 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>. Acesso em: 18 jun.2020.